

CONTRATO

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A ELABORAÇÃO DA "ESTRATÉGIA DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL E AMBIENTAL DO TERRITÓRIO DE FRONTEIRA" NA COMUNIDADE DE TRABALHO CENCYL

PRIMEIRO OUTORGANTE: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, a seguir designada como CCDRC, sita na Rua Bernardim Ribeiro, n.º 80, 3000-069 Coimbra, com o NIF 600 075 613, o número de telefone 239 400 100 e o endereço de correio eletrónico geral@ccdrc.pt, neste ato representado pela Dra. Isabel Damasceno Vieira Campos Costa, cartão de cidadão número que intervém na qualidade de Presidente da CCDRC, a qual declara ter poderes para o ato, e doravante designada por "contraente público" ou "Entidade Adjudicante";

SEGUNDO OUTORGANTE: Universidade de Coimbra, Pessoa Coletiva nº 501 617 582, com sede no Paço das Escolas, 3004-531 Coimbra, através da sua Faculdade de Ciências e Tecnologia (doravante, FCTUC), neste ato representada pelo Prof. Doutor Paulo Eduardo Aragão Aleixo e Neves de Oliveira, na qualidade de Diretor da FCTUC, com poderes para o ato, de acordo com o Despacho n.º 5215, Diário da República - 2ª série, n.º 101 de 27 de maio de 2019, e doravante abreviadamente designado por "CONTRAENTE PARTICULAR" ou "ADJUDICATÁRIO";

De uma forma livre e dentro dos princípios da boa fé, os outorgantes, atrás identificados e abaixo assinados, nas respetivas qualidades e posições em que intervêm, em representação, respetivamente do contraente público e do contraente particular, por este documento, acordam com o objeto, pelo preço e nos demais termos e condições constantes das cláusulas seguintes e dos documentos anexos, que aqui exprimem as suas vontades de mútua e reciprocamente se obrigaram para o bom, integral e efetivo cumprimento das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1ª - OBJECTO DO CONTRATO

O contrato tem por objeto a "aquisição de serviços para a elaboração da "Estratégia de Valorização do Património Natural e Ambiental do Território de Fronteira" na Comunidade de Trabalho CENCYL",



de acordo com o caderno de encargos e restantes documentos constantes do procedimento administrativo pré-contratual de que fazem parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA 2ª - CONTRATO

- 1. O contrato é composto pelo presente clausulado contratual e seus anexos.
- 2. O contrato integra ainda:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O caderno de encargos e respetivos anexos; e,
 - d) A proposta adjudicada.
- 3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

CLÁUSULA 3ª – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

O contrato mantém-se em vigor até 15 de setembro de 2023, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação.

CLÁUSULA 4ª - PREÇO CONTRATUAL

A CCDRC pagará ao adjudicatário o preço de 19.950,00€ (dezanove mil e novecentos e cinquenta euros), acrescido da importância referente ao IVA à taxa legal em vigor.

CLÁUSULA 5ª – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DO PREÇO CONTRATUAL

1. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à CCDRC.



- 2. A quantia devida pela Adjudicante, nos termos do número anterior, será paga com a validação da fatura.
- 3. Para efeitos de pagamento, a fatura deverá ser emitida nos termos do número anterior.
- 4. A fatura será paga no prazo de 30 (trinta) dias em relação à data da apresentação a pagamento.
- 5. A CCDRC reserva-se no direito de não aprovar a fatura quando esta não respeitar o contrato ou o presente Caderno de Encargos.
- 6. Na situação indicada no número anterior, a CCDRC comunicará, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a decisão ao adjudicatário que deverá apresentar outra fatura devidamente corrigida em sua substituição.
- 7. Não sendo observado o prazo estabelecido no número anterior, considerar-se-á que a respetiva prestação só se vence nos 30 (trinta) dias subsequentes à apresentação da correspondente fatura.
- 8. A CCDRC deduzirá, no pagamento a efetuar ao adjudicatário, eventuais dívidas ao Estado, nos termos em que tal matéria se encontre regulamentada.
- 9. Nas condições de pagamento a apresentar pelo adjudicatário não podem ser propostos adiantamentos por conta do fornecimento.

CLÁUSULA 6ª - INCUMPRIMENTO DO CONTRATO

- Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a CCDRC pode exigir do adjudicatário
 o pagamento de uma multa pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do
 incumprimento, nos termos e nas condições estabelecidas nos números seguintes.
- 2. Os atrasos provocados por razões imputáveis ao adjudicatário, que não resultem de motivos devidamente fundamentados e sujeitos a apreciação da CCDRC, será aplicada uma penalidade calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = (V \times A)/1000$$

Onde:

P – penalidade (€)

V - preço contratual (€)

A - dias de não realização dos serviços



O montante das penalizações poderá, por opção da CCDRC, será pago ou deduzido da quantia total devida ao adjudicatário.

3. Sempre que o adjudicatário não cumprir qualquer dos deveres a que se encontra vinculado, por razões imputáveis à CCDRC, e que sejam por esta aceites como justificativos do incumprimento, não serão aplicadas as penalizações a que estaria obrigado em caso de incumprimento a si imputável.

CLÁUSULA 7ª - CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual devem ser autorizadas pela CCDRC.

CLÁUSULA 8ª- FORO COMPETENTE

Quaisquer litígios emergentes do contrato serão dirimidos pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com expressa exclusão de qualquer outro.

CLÁUSULA 9ª - NORMAS SUBSIDIÁRIAS

Nos casos omissos aplicar-se-á o disposto no CCP aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e a restante legislação aplicável.

CLÁUSULA 10ª - COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

- 1 Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, do seguinte modo:
 - a) Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, sita na Rua Bernardim Ribeiro, n.º 80, 3000-069 Coimbra, NIF 600 075 613, número de telefone 239 400 100 e o endereço de correio eletrónico geral@ccdrc.pt.



| b) | Adjudicatário - Paulo Eduardo | Aragão Aleixo | e Neves | de Oliveira, | número d | e identificaçã |
|----|-------------------------------|---------------|---------|--------------|------------|----------------|
| | | | | e endere | eço de cor | reio eletrónio |
| | ucbusiness.pse@uc.pt. | | | | | |

2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

CLÁUSULA 11ª – GESTORA DO CONTRATO

Nos termos do artigo 290º-A do CCP foi designada gestora do contrato d

O presente contrato foi assinado digitalmente, ficando na posse da CCDRC e do Adjudicatário os respetivos ficheiros.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- 1. O preço total está refletido em compromisso válido e sequencial retirado do sistema de contabilidade de suporte à execução do orçamento da CCDRC, com o n.º 202300000574, nos termos do n.º 3 do art.º 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.
- 2. Decisão de adjudicação foi tomada pela Senhora Presidente da CCDRC Dra. Isabel Damasceno Vieira Campos Costa, em 14 de junho de 2023.
- 3. A minuta do contrato foi aprovada pela Senhora Presidente da CCDRC Dra. Isabel Damasceno Vieira Campos Costa, em 14 de junho de 2023.
- 4. Foram ainda arquivados em formato digital os seguintes documentos:
 - a) Estatutos.
 - b) Declaração emitida pelo Portal das Finanças válida.
 - c) Declaração emitida pelo serviço da Segurança Social válida.
 - d) Certificados de Registo Criminal da entidade válida.



e) Declaração do Adjudicatário, sob compromisso de honra, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 81º, do CCP.

O Primeiro Outorgante

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO

Isabel Assinado de forma digital por Isabel Damasceno Vieira de Campos Costa Dados: 2023.06.20 Campos Costa 11:27:51 +01'00'

(Dra. Isabel Damasceno Vieira Campos Costa)

O Segundo Outorgante

FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Assinado por: **Paulo Eduardo Aragão Aleixo e Neves de Oliveira**Num. de Identificação: 0
Data: 2023.07.10 10:19:32+01'00'

(Prof. Doutor Paulo Eduardo Aragão Aleixo e Neves de Oliveira)